

OPINIÃO SOCIALISTA



Nº685

30 de novembro a
12 de dezembro 2024

Ano 28

R\$2

(11) 9.4101-1917

opiniaosocialista

www.opiniaosocialista.com.br

@opsocialista

Portal do PSTU

@opiniaosocialista



ENTENDA COMO O PACOTE DO GOVERNO VAI ATINGIR SALÁRIOS E APOSENTADORIAS

**PACOTE REBAIXA SALÁRIO MÍNIMO, ATACA DIREITOS E TIRA
R\$ 110 BILHÕES DAS APOSENTADORIAS NOS PRÓXIMOS ANOS**

PÁGINAS 8 E 9



JORNADA DE TRABALHO

**OS DESAFIOS DO
MOVIMENTO PELO
FIM DA ESCALA 6X1**

PÁGINAS 12 E 13

20 DE NOVEMBRO

**MARCHAS DA PERIFERIA
MARCAM O DIA NACIONAL
DA CONSCIÊNCIA NEGRA**

PÁGINA 10

SEM ANISTIA

**PRISÃO PARA
BOLSONARO
E TODOS OS
GOLPISTAS
E MILITARES
ENVOLVIDOS**

PÁGINAS 4 E 5



CHARGE



FALOU BESTEIRA

“Tem que ser petit comité, pô. Tem que ser a rataria, ele e a rataria”



Coronel Reginaldo Vieira de Abreu “Velame”, em conversa com o general Mário Fernandes, no dia 04/11/2022, tramando um golpe de Estado. “Ele” é Jair Bolsonaro, cuja investigação da PF aponta como o articulador do golpe.

LANÇAMENTOS DE NOVEMBRO



TRANSFEMINICÍDIOS

A explosão da violência contra mulheres no Brasil

O Brasil nunca registrou tantos feminicídios e transfeminicídios como no ano passado, quando ao menos 1.573 mulheres perderam a vida devido a este tipo de violência - 136 delas eram mulheres trans. Segundo o Conselho Nacional de Justiça, dois terços dos julgamentos de feminicídio no judiciário são por tentativas de crimes. Todas as modalidades de violência contra mulheres cresceram em 2023: ameaças (16,5%), agressões (9,8%), perseguições (34,5%), estupro (6,5%), assédios (28,5%), só para citar alguns exemplos. A cada seis minutos, uma mulher é



estuprada. A maioria é de meninas negras, de até 13 anos, tendo como o agressor um familiar ou conhecido. Cabe lembrar que as mulheres negras são as principais vítimas da violência de gênero. A chance de uma mulher negra

ser vítima desse tipo de violência é duas vezes maior do que uma mulher branca, evidenciando a “naturalização” de um componente racista na violência machista em nosso país. Quer saber mais? Leia o artigo completo no Portal.

NO APAGAR DAS LUZES DE 2024

Deputados tramam criminalização dos movimentos sociais



A Câmara dos Deputados e Arthur Lira (PP-AL) desencadearam uma ofensiva contra os movimentos sociais neste final de 2024. A Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania da Câmara (CCJ) aprovou o Projeto de Lei (PL) 4183/2023, que determina aos movimentos sociais a

obrigatoriedade de criação de personalidade jurídica, para que, assim, possam ser responsabilizados civil e penalmente. Os movimentos sociais que não obtiverem personalidade jurídica poderão ter seus ativistas diretamente responsabilizados juridicamente por eventuais “crimes” e, além do mais, o movimento ficará impedido de realizar convênios ou participar de programas sociais por cinco anos. Outros três projetos contra os movimentos sociais estão na pauta. O PL 8262/2017 dispõe sobre a retirada de “invasores” de propriedade privada e prevê que aquele

que tiver o seu bem ocupado poderá promover a desocupação usando de sua “própria força” ou requerendo o uso da força policial, sem necessidade de ordem judicial. Também na pauta está o PL 1342/2019, que aumenta a pena por crime de “invasão de domicílio”, voltado à criminalização dos ativistas dos movimentos sociais que realizam ocupações para garantir o direito à moradia e à terra. Também está na pauta o PDL 313/2023, que restringe o acesso de famílias que moram em ocupações populares a programas de regularização fundiária e reforma agrária.



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica MarMar

CONTATO

FALE CONOSCO VIA

WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

✉ opinioao@pstu.org.br

🏠 Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



Defender o salário mínimo contra o governo Lula e o mercado capitalista

As últimas semanas foram intensas. De um lado, a luta pela escala 6x1 teve grande adesão, mostrando o potencial de luta, força e unidade da classe trabalhadora.

Logo depois, foram revelados mais detalhes do plano golpista de Bolsonaro, envolvendo vários altos oficiais da ativa das Forças Armadas. A ultradireita, com isso, após se sentir fortalecida com o resultado das eleições municipais e, também, a vitória de Trump nos EUA, ficou na defensiva.

Diante disso, o que faz o governo Lula, perante a possibilidade de uma luta unificada da classe trabalhadora contra os capitalistas e de enfrentar a extrema direita golpista, impedindo qualquer anistia? Simplesmente anuncia um pacote de ataques contra os trabalhadores pobres.

O que nos mostram estes três fatos? Os defensores do governo sempre afirmam que a correlação de forças impede o governo de avançar em pautas progressivas. Assim, bastaria aos trabalhadores defenderem um governo que implementa as medidas exigidas pelo mercado, como se esse mesmo governo estivesse enfrentando o mercado. Tudo em nome de um suposto combate à ultradireita bolsonarista e golpista.

SOBRE A CORRELAÇÃO DE FORÇAS

Vamos à primeira questão. Será que, hoje, não há correlação de forças no país para construir grandes mobilizações pelo fim da escala 6x1, sem redução do salário? Claro que há. O problema é que a postura do PT é jogar desconfiança na mobilização contra a escala 6x1.

Um colunista do site “Brasil 247”, por exemplo, insinua que quem se mobilizar contra os ataques do governo estará ajudando a direita, pois isso prejudicaria a popularidade do governo. O mesmo site destacou declarações, afirmando que o “movimento para acabar com a escala 6x1 é de natureza golpista”.

Para os defensores do go-

Ato contra a escala 6x1 no RJ



verno Lula, um movimento de massas, exigindo uma pauta fundamental, ajudaria a desestabilizar o governo Lula. Isso mostra, inclusive, que Lula e o PT só apoiam o fim da escala 6x1 da boca para fora, pois, na prática, nada fizeram para que isto avançasse e, ainda, atuam para impedir que as mobilizações cresçam.

Daí, fica o questionamento: se não podem haver lutas, já que estas se enfrentam com o governo, como os governistas pretendem resolver o problema da correlação de forças?

O GOLPISMO

A segunda questão diz respeito aos golpistas. Os governistas que acusam manifestantes que lutam em defesa dos trabalhadores de golpistas, parecem não ver onde, de fato, eles estão. Basta ler o relatório da Polícia Federal e ver que vários dos presos e indiciados ocupavam postos-chaves no governo atual.

Sim, o governo Lula, com

a sua política de não enfrentar os golpistas das Forças Armadas, deu guarida para essa gente. E não só durante os 14 anos de governos do PT, mas hoje, depois de tudo que se passou. Nem mesmo colocou na mesa a revogação do famigerado Artigo 142 da Constituição.

A realidade é que os governistas são leões contra os que querem lutar por reivindicações dos trabalhadores, mas agem como cordeirinhos, quando se trata de enfrentar os mercados, os capitalistas e a direita.

E é por isso mesmo que, na atual conjuntura, de um bolsonarismo na defensiva, conseguiram a proeza de apresentar um estapafúrdio pacote de reajuste fiscal e ataques a direitos e salários.

ULTRADIREITA E A BURGUESIA CÍNICA QUEREM MAIS ATAQUES CONTRA O POVO

Um setor da burguesia está enfurecido. Não porque o pa-

cote seja a favor dos trabalhadores, mas porque ela quer mais ataque. Quer mais sangue. Mas isso não quer dizer que o governo Lula esteja entregando pouco. O sentido do pacote, e do que quer a burguesia, é o mesmo: mais dinheiro para a burguesia e menos direitos sociais.

Setores da direita e da ultradireita se dizem contra o pacote, mas por motivos contrários aos nossos, já que defendem abertamente os interesses dos bilionários capitalistas, e, por isso, querem mais cortes nas áreas sociais e mais ataques aos trabalhadores.

São cínicos, já que reclamam da isenção a quem ganha até R\$ 5 mil, mas não dizem que quem vive de benefícios e isenções fiscais, mamando na teta do Estado, são as grandes empresas bilionárias.

A promessa do governo sobre o Imposto de Renda (IR) é ainda insuficiente, porque não ataca o topo da pirâmide

social e econômica do país, que são os bilionários capitalistas, os fundos de investimentos bilionários, as grandes empresas nacionais e as multinacionais que mandam dinheiro para fora do país.

OPOSIÇÃO DE ESQUERDA, REVOLUCIONÁRIA E SOCIALISTA

Hoje, há três lutas necessárias e combinadas no país. A luta contra o pacote neoliberal do governo Lula e Haddad, que ataca os trabalhadores, na qual nos enfrentamos também contra a oposição de direita que exige mais ataques. A luta pelo fim da escala 6x1, como uma primeira medida para avançar nos direitos dos trabalhadores contra a exploração capitalista desenfreada. E a luta pela punição dos golpistas.

Nossa luta não pode ser vista com um certo etapismo. Como se primeiro coubesse à esquerda derrotar a ultradireita e, depois, enfrentar o governo Lula. Essa lógica nos deixa reféns de um círculo vicioso de um governo que, apesar da retórica, não defende as medidas que a classe trabalhadora precisa para enfrentar o capitalismo.

Na verdade, apoiar este governo ajuda a deixar o espaço livre para a ultradireita se apresentar como suposta única alternativa “contra tudo que está aí”.

O governo amarra as mãos da classe trabalhadora, que é quem pode, de forma unificada e na luta, derrotar os capitalistas. Por isso, além de ir aos lutas, precisamos construir uma alternativa política de oposição de esquerda e socialista ao governo Lula, que seja capaz de enfrentar os ataques que ele promove junto com os patrões. Uma oposição de esquerda que ofereça um programa alternativo, socialista e revolucionário.

Inclusive, não há como derrotar, de forma definitiva, a ultradireita sem enfrentarmos o próprio capitalismo. Porém, não é possível construir uma alternativa política dos trabalhadores apoiando um governo que ataca os trabalhadores.

SEM ANISTIA

Bolsonaristas planejaram golpe com execução de Lula, Alckmin e Alexandre de Moraes



DA REDAÇÃO,

A operação da Polícia Federal (PF), que prendeu quatro militares e um policial da própria corporação, no último dia 19, e, agora, indiciou 37 pessoas, dentre eles 25 militares, expôs detalhes sórdidos da tentativa de Bolsonaro e de seu entorno de darem um golpe e instaurarem um regime de exceção.

A “Operação Contragolpe”, que prendeu altos oficiais, como um general e ex-ministro de Bolsonaro, um major, um comandante das Forças Especiais (os “kids pretos”), tem causado enorme repercussão, porque mostra um plano para executar Lula, seu vice eleito, Geraldo Alckmin, além do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

Longe de ser uma ação tresloucada, o que a PF vem revelando trata-se de um plano articulado, com agentes trei-

nados em ações de guerrilha, terrorismo e sabotagem, sob a direção de generais do Exército. A intentona golpista se daria no dia 15 de dezembro e recebeu a sugestiva alcunha de “Punhal Verde e Amarelo”.

Segundo os planos dos golpistas, após os assassinatos, se formaria um “gabinete de crise”, comandado pelos generais do Exército Augusto Heleno e Braga Netto (ex-ministro da Defesa e candidato a vice de Bolsonaro, em uma espécie de reedição da Junta Militar, após o golpe de 1964.

“GUERRA CIVIL, INFLAMAR AS MASSAS”

Conversas entre os militares falam de “guerra civil”, “inflamar as massas” (os golpistas acampados na frente do quartel), “vale luto” e da suposta “fraude nas eleições”. Os áudios também mostram que Bolsonaro sabia dos planos golpistas que estavam em curso. Em uma conversa interceptada,



Mauro Cid, o tenente-coronel e ajudante de ordem do ex-presidente, diz que conversaria com Jair Bolsonaro sobre os planos para o golpe de Estado e afirma, também, que ele esperava agregar apoio.

“O presidente tem que decidir e assinar esta merda”, dis-

se o general Mário Fernandes, um dos articuladores do golpe, expressando frustração com a demora da decisão.

APOIO AOS ACAMPAMENTOS GOLPISTAS

A operação da PF joga ainda mais luzes na política gol-

pista do bolsonarismo, com a diferença de que, agora, além de documentos e minutas, mobilizações financiadas pela ultradireita, como os acampamentos golpistas, fechamentos de estradas, ameaça de bombas em aeroporto e torres de energia, ou o próprio “8 de janeiro”, aparecem evidências de uma tentativa de golpe que foi para além do mero planejamento.

O que se sabe, até agora, é que, além dos alvos terem sido intensamente monitorados, o Ministro Alexandre de Moraes esteve prestes a ser interceptado. Ou seja, preso ou até mesmo executado.

Todo o caso ganha um aspecto ainda mais grave quando se descobre que pelo menos dois dos militares presos estavam em pleno G20, no Rio de Janeiro, sendo que um deles, integrante dos “kids pretos”, acompanhou, a pedido próprio, a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que o governo Lula decretou na cidade.

PAGARAM PRA VER

Cúpula das Forças Armadas sabia

Agora, a mídia burguesa diz que foram as Forças Armadas “evitaram o golpe”. Como se houvesse firmeza no comando do Exército contra golpes militares. Na verdade, fizeram corpo mole durante todo processo golpista, durante os 88 dias em que altas patentes pintaram e bordaram.

A própria contabilidade dos golpistas demonstra que, dos 16 generais que compõem o Alto Comando do Exército, havia apenas cinco contra o golpe e as ações que levariam a ele (incluindo os atentados). Outros três estavam completamente favoráveis à intentona golpista e oito se localizaram na “zona de conforto” (ou seja, esperando pra ver como as coisas se desenvolveriam). Ou seja, dos

16, apenas cinco estavam explicitamente contra o golpe. Os outros 70% ou estavam a favor ou pagaram pra ver.

Em depoimento à PF, o Comandante do Exército, o general Freire Gomes, reconheceu que Bolsonaro apresentou a minuta do golpe a ele e outros comandantes das Forças Armadas. No depoimento, os militares disseram que tentaram convencer Bolsonaro a não ir adiante. Mas por que não prenderam Bolsonaro imediatamente? Por que não denunciaram? Por que prevaricaram?

Além disso, mantiveram os acampamentos golpistas em frente aos quartéis que resultaram no “8 de janeiro”. Na verdade, eles deixaram o barco correr, pra ver no que daria. Dei-

xaram os “kids pretos” agirem livremente e não impediram a tentativa de atentado no Aeroporto Internacional de Brasília.

TEMOR DE INSTABILIDADE

Há áudios (inclusive de Mauro Cid) revelando que os militares passavam orientações de como proceder nos acampamentos e, ainda, forneciam suporte material ou financeiro para os golpistas. Havia até planos de fuga de Bolsonaro, revelados pela PF, que incluíam estratégias militares e apoio logístico das Forças Armadas, com o objetivo de garantir sua retirada para um local seguro fora do país. Foi o que aconteceu dias antes da posse, quando Bolsonaro foi para os Estados Unidos.

A verdade é que a cúpula das



Forças Armadas defende a tutela sobre o regime e seu comando só não passou de malas e bagagens para o golpe porque, desta vez, os EUA e a maioria da burguesia brasileira estavam contra.

Temendo uma maior instabilidade da América Latina, o governo Biden enviou emissários – do Departamento de Estado, da Agência Central de Inteligência (CIA) e do Departamento de

Defesa (Pentágono) – que ameaçaram os generais com uma redução drástica das relações militares dos EUA com o Brasil, caso não reconhecessem os resultados das eleições em 2022.

Sabe-se que as Forças Armadas são totalmente subservientes aos interesses do imperialismo. Mesmo assim, o comando deixou os golpistas agirem livremente.

CADEIA PRA 'RATARIA'!

Prisão para Bolsonaro e todos os golpistas e militares envolvidos

No Brasil, a impunidade mostra que o golpe de 1964 ainda é um cadáver insepulto. Isso fortaleceu a ultradireita e permitiu que políticos como Bolsonaro fizessem apologia do regime militar, chamassem torturadores de heróis e, juntamente com generais, tramassem golpes de Estado.

TRADIÇÃO GOLPISTA E "PODER MODERADOR"

A tradição golpista da cúpula militar, especialmente do Exército, nunca foi modificada. Os golpes de 1889, 1930, 1937, 1945, 1954, 1964 foram vitoriosos. Somam-se, ainda, as tentativas de golpes que fracassaram. Sem falar em golpes dentro do golpe, como foi a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968, e o tentado em 1977, pelo general Sylvio Frota.

Contribuí decisivamente para isso o chamado "entulho autoritário", que se manteve na Constituição, com a anistia e a transição negociadas com a cúpula das Forças Armadas (FFAA), no final da ditadura,

que jogaram todos os seus crimes para debaixo do tapete.

São as permanências jurídicas e institucionais que servem às Forças Armadas para manterem essa tradição golpista e para ameaçarem a sociedade, algo alimentado, constantemente, pelo currículo e pela formação desenvolvidos nas escolas militares e suas demais instituições, como a PM, reivindicando o Golpe de 1964.

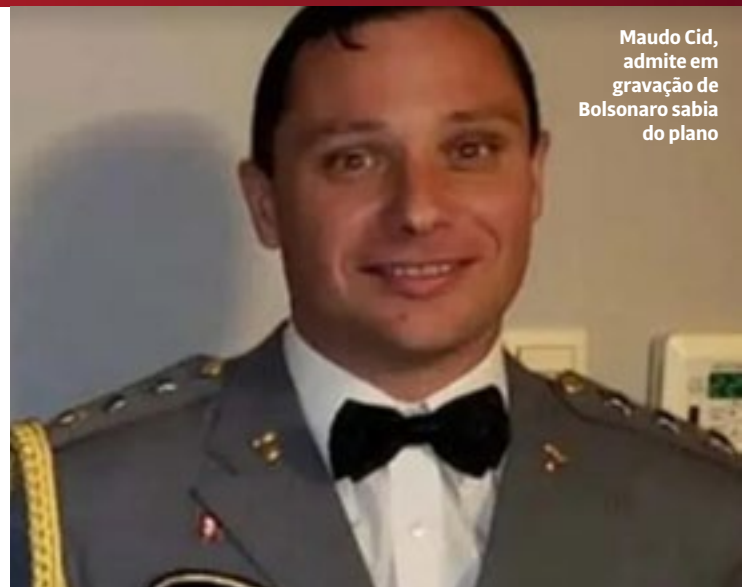
O artigo 142 da Constituição de 1988 é um exemplo e serve para que os generais mantenham a tutela sob o regime, a partir da crença de que as FFAA são um "poder moderador", diante de crises sociais e políticas. Apesar de não dizer isso, o que os militares interpretam é que a lei lhes faculta o papel de assegurar a ordem interna; quer dizer, o "direito" de intervir, internamente, contra a população e os demais poderes.

Outro exemplo é a Garantia da Lei e da Ordem (GLO), uma medida que foi criada pelos governos do PT, em 2013, por meio da portaria 3.461, para "restaurar a ordem".

Não por acaso, o documento encontrado na sede do Partido Liberal (PL), na mesa do coronel Flávio Botelho Peregrino, assessor de Braga Netto, detalhando o golpe, foi batizado de "Operação 142". Era por essa via que Bolsonaro planejava a consolidação do golpe, segundo investigações da PF: se apoiar na interpretação distorcida do Artigo 142 e aplicar a GLO, seguida da decretação de um Estado de Defesa e o Estado de Sítio, para assumir o controle do país.

GOVERNADORES DEFENDEM GOLPISTAS

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), defendeu Bolsonaro após seu indiciamento. Em declarações nas redes sociais, Tarcísio afirmou que "há uma narrativa disseminada contra o presidente Jair Bolsonaro e que carece de provas" e pediu que a investigação revele "a verdade dos fatos". Já o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), enfatizou que "teme a



Mauco Cid, admite em gravação de Bolsonaro sabendo do plano

parcialidade" do judiciário.

Todas essas declarações demonstram que o suposto "bolsonarismo moderado" ou "democrático", alentado pela grande mídia, como a Rede Globo, não passa de uma farsa. Além de serem todos inimigos dos trabalhadores, não hesitam em apoiar golpistas, como Bolsonaro, e não teriam nenhum constrangimento em pôr fim às liberdades democráticas, diante um sinal positivo da burguesia.

SEM ANISTIA!

Varrer todo esse entulho autoritário é essencial. Não é possível que as FFAA continuem ameaçando as liberdades democráticas e tutelando o regime.

Mas, é preciso prender e punir exemplarmente toda a "rataria", para usar a expressão do general Mário Fernandes para definir os seus amigos golpistas, incluindo seu chefe, Jair Messias Bolsonaro.

Até agora, as investigações não causaram a prisão dos verdadeiros articuladores do "8 de janeiro", nem sequer os generais Augusto Heleno e Braga Netto. Também é preciso dissolver a tropa dos "kids pretos", considerada por muitos especialistas como um ninho de golpistas, treinado ideologicamente pelo imperialismo estadunidense. A impunidade desses golpistas vai preparar novos golpes amanhã.

CORTAR O MAL PELA RAIZ

Ultradireita está mais consolidada, apesar de divisões



Bolsonaro e Pablo Marçal

A resiliência da ultradireita, ainda que com divisões em suas disputas por protagonismo, mostra que, hoje, ela está mais consolidada do que estava em 2018, quando Bolsonaro foi eleito. Isso prova que a extrema direita não será derrotada enquanto se mantiverem as condições que a geram. Ou seja, enquanto se sustentar essa democracia dos ricos, com a implementação do

mesmo plano social-liberal que promoveu a desindustrialização e a decadência do país, como fizeram os governos do PSDB e do próprio PT.

Ao contrário, à medida em que os problemas sociais e estruturais não se resolvem, mas se aprofundam em meio à crise e à decadência capitalista, a ultradireita ganha cada vez mais força. A recente vitória esmagadora

de Trump nos EUA é uma demonstração desse processo.

No Brasil, o governo Lula impôs o Arcabouço Fiscal e não reverteu a Reforma Trabalhista, como prometeu; mas, ao contrário, anuncia um pacote de ataques para beneficiar os bilionários capitalistas para os quais governa de fato (páginas 8 e 9).

O malfadado atentado bolsonarista no Supremo Tribunal Federal, porém, e as recentes revelações do plano golpista, colocaram, pelo menos por agora, a extrema direita na defensiva, enfraquecendo o projeto de anistia que procurava reabilitar Bolsonaro, para 2026. Mas a extrema direita segue viva e vai continuar se alimentando da decadência social e econômica do país. É preciso cortar o mal pela raiz.

URGENTE

Derrotar de verdade a extrema direita

O governo Lula não enfrenta a ultradireita de forma consequente e até o fim. Pelo contrário, adere à política da conciliação, inclusive com a direita.

A única forma de derrotar de forma definitiva a ultradireita é acabando com as condições socioeconômicas que a fazem florescer, como cogumelos no esterco. Em outras palavras, é preciso enfrentar o capitalismo. E isso não é possível pela via eleitoral, ou pela via da conciliação de classes. Ou, muito menos, com um projeto social-liberal, como o de Lula no Brasil.

Essa política de conciliação se estende aos militares golpistas e à falta de empenho em banir esse pessoal, alterar completamente a estrutura das FA e mudar, inclusive, a doutrina militar, acabando com todos os resquícios da ditadura. Se existe uma oportunidade para fazer isso, é agora. Mas, infelizmente, o governo não fará.

Os trabalhadores não podem ficar reféns da "justiça dos ricos" e das instituições do regime atual, pois elas são incapazes de enfrentar as ameaças bolsonaristas, que ainda são usadas contra os próprios trabalhadores. Só a classe trabalhadora, de forma independente, com um projeto seu, pode realmente combater e derrotar, de forma definitiva, a extrema direita e o golpismo.

CONTRA A CÚPULA DO G20

“Cúpula dos Povos” ocupou o espaço de resistência ao imperialismo

HEBERT CLAROS,
DA CSP-CONLUTAS

A “Cúpula dos Povos Frente ao G20”, uma iniciativa independente, autônoma e autofinanciada, organizada por um coletivo internacional de movimentos populares, sindicatos e organizações da sociedade civil, realizou sua plenária no dia 14 de novembro, em paralelo à programação oficial da Cúpula do G20, que ocorreu entre 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro.

Mesmo depois de boicotes e do racha promovido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo Movimento Sem-Terra (MST), a “Cúpula dos Povos” lotou o auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no centro do Rio de Janeiro.

Estiveram presentes cerca de 700 participantes de todas as regiões do Brasil e, também, da África, Europa, América Latina e Caribe. A CSP-Conlutas foi a única central sindical que participou do evento, já que as outras centrais atenderam ao enquadro do governo para participar somente do engodo chamado de “G20 Social”.

A abertura do encontro foi marcada por diversas intervenções culturais, com maculelê, capoeira, batucada da Marcha Mundial de Mulheres e o toré do Tekoa Ka’aguy Hovy Porã, com os indígenas guaranis de Maricá (RJ).

Sandra Quintela, do Jubileu Sul, fez a abertura do evento, com um breve resgate do pro-



cesso de construção coletiva da Cúpula, que contou com plenárias e comitês locais, articulados em diferentes regiões.

‘O SANGUE DERRAMADO LÁ SUSTENTA O SANGUE DERRAMADO AQUI’

Os trabalhos começaram com o painel “Governança capitalista internacional, contextos de guerra, reparações históricas contra o racismo e lutas anticapitalistas dos povos”. O painel foi formado por Soraya Mislesh, escritora e jornalista palestino-brasileira; Cleusa Silva, da Rede de Mulheres Afro Latinoamericanas e Caribenhas; e o educador popular Dayron Roque Lazo, do Centro Memorial Martin Luther King Jr.

Soraya Mislesh, que também é militante do PSTU, falou sobre a resistência histórica do povo palestino frente ao projeto colonialista israelense, iniciado em 1948, num



processo conhecido como Nakba (a catástrofe).

“Quando dizemos que essa é uma luta central e pela humanidade, não é retórica. É porque o que ocorre na Palestina é um experimento, é um laboratório. Israel faz dos palestinos cobaias humanas, onde testa tecnologias para vender ao mundo, para extermínio do

povo pobre, negro, indígena, como acontece no Rio. O sangue derramado lá sustenta o sangue derramado aqui”.

A jornalista também fez uma cobrança ao governo brasileiro: “O que precisamos é que Lula rompa relações com o Estado genocida de Israel. Nossa resistência é legítima, é nossa terra. Existimos e resistimos, não nos apagarão do mapa”.

PLENÁRIAS, DEBATES E ARTICULAÇÃO DAS LUTAS

Após o painel de abertura, ocorreram quatro plenárias temáticas simultâneas. Na plenária “Lutas antipatriarcal e antirracistas no enfrentamento às desigualdades”, João Batista Carvalho, coordenador estadual do Movimento Negro Unificado (MNU), no Rio de Janeiro, destacou que o combate do povo negro também é anticapitalista.

Na plenária “A luta anticapitalista e a governança mun-

dial”, os participantes criticaram, sobretudo, as políticas de austeridade, a retirada de direitos trabalhistas e o aumento das privatizações, que se aprofundaram depois da crise financeira de 2008, num processo que, nos últimos anos, tem avançado com a ascensão da extrema direita.

Dirigente da Marcha Mundial de Mulheres, Ana Priscila Alves pontuou que é justamente a população feminina a mais afetada por esse recrudescimento. “O trabalho das mulheres é o mecanismo para ajustar as crises. Quando o Estado para de investir em Saúde, quem cuida? Quando para de ter escola, de ter políticas para os idosos, quem é que cuida? Há uma percepção de piora da vida porque trabalhamos cada vez mais, trabalho pago e não pago”, questionou.

No grupo “Internacionalismo e a Soberania dos Povos” foram ressaltadas a importância da luta anti-imperialista e a solidariedade aos povos que estão resistindo contra ocupações militares, como na Ucrânia, na Palestina e no Líbano.

Ainda houve falas de ativistas do Chile, Haiti e França, ressaltando a importância da solidariedade às lutas nos países contra o neoliberalismo e seus efeitos. Inclusive, foi destacada a vergonhosa participação do Brasil na ocupação militar no Haiti, em 2004, no primeiro mandato de Lula.

MARCHA CONTRA JORNADA 6X1

Depois das plenárias, o público retornou ao auditório da ABI para a partilha dos debates e encaminhamentos. No dia seguinte, pela manhã, manifestantes de distintas organizações sociais e partidos se reuniram na Cinelândia, se juntando ao chamado de atos nacionais a favor da tramitação, no Congresso Nacional, da pauta pela redução da jornada de trabalho, para 36h semanais, e o fim da jornada 6X1.



Comissão de frente da marcha em defesa do povo Palestino realizada no dia 16 de novembro em Copacabana

FORA IMPERIALISTAS!

Manifestação anti-imperialista ocupou Copacabana

Como parte da programação da “Cúpula dos Povos”, no dia 16, as organizações mobilizaram milhares de pessoas em Copacabana, na marcha “Palestina Livre, do Rio ao Mar! Fora Imperialismo!”. Mesmo sob forte chuva e pressão da polícia, que não queria que o ato ocorresse por conta das delegações internacionais do G20.

Além da defesa dos povos palestino e libanês, a marcha também levantou uma série de

outras bandeiras, como a luta contra o aquecimento global; contra o marco temporal e em defesa dos povos originários; pelo fim da jornada 6X1; contra a Reforma Administrativa; em defesa do aborto legal; contra os projetos imperialistas de exploração dos recursos naturais do planeta e o uso de agrotóxicos nos alimentos; em repúdio à violência contra o povo preto e pobre e em defesa das religiões de origem africanas, dentre outras pautas.



Marcha em defesa do povo Palestino realizada no dia 16 de novembro em Copacabana



Marcha realizada no dia 16 de novembro em Copacabana - RJ

Na comissão de frente, militantes carregavam faixas e um grupo usava máscaras de líderes do G20 como Emmanuel Macron (França), Joe Biden e Donald Trump (EUA) e do genocida Benjamin Netanyahu, (Israel). A caracterização representou o poder de destruição em massa, contra os povos oprimidos, a partir da lógica colonialista dos “chefões” do Ocidente.

A manifestação contou

com a participação de sindicatos, movimentos populares, grupos ambientalistas e organizações políticas. A CSP-Conlutas teve participação expressiva na marcha, com uma coluna que contou com a representação de diversos sindicatos.

Com a realização do G20 no Rio de Janeiro, a Central transferiu para a capital carioca a reunião da Coorde-

nação Nacional da entidade, geralmente realizada em São Paulo, para reforçar sua presença nas atividades contra o G20. Também participaram representantes da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, com a presença de entidades internacionais como o “Solidaires”, da França, e da Confederação Geral do Trabalho (CGT), do Estado Espanhol.

SOLIDARIEDADE À PALESTINA E AO LÍBANO

Plenária reúne comitês de solidariedade de todo o país

Na tarde do dia 16, foi realizada a “Primeira Plenária Nacional em Solidariedade à Palestina e ao Líbano”, na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Sindsprev), que reuniu os principais comitês de solidariedade à Palestina atuando no Brasil.

Dentre as várias propostas apresentadas, foi aprovado impulsionar atos ou atividades possíveis no “Dia Internacional em Solidariedade ao Povo Palestino”, em 29 de novembro (alguns estados farão atos nos dias 28 ou 30, como é o caso de São Paulo).

Além disso, pretendem ampliar a campanha de exi-

gência ao governo Lula de ruptura das relações do Brasil com o Estado sionista de Israel e, também fortalecer a campanha Boicote, Desinvestimentos e Sanções (BDS).

A plenária surgiu por uma iniciativa da CSP-Conlutas e da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas e teve a adesão da Frente em Defesa do Povo Palestino (SP), Comitê de Solidariedade à Luta do Povo Palestino (RJ), o Comitê Mineiro de Solidariedade à Palestina, Comitê Árabe Brasileiro de Solidariedade do Paraná, o Comitê Catarinense de Solidariedade ao Povo Palestino, a Coalizão Pelo Clima (RJ), o Movimento de Trabalhadoras

e Trabalhadores por Direitos (PR) e o Sindipetro-RJ.

O evento foi um importante espaço de articulação

nacional dos comitês de solidariedade, no sentido de avançar na articulação da luta anti-imperialista e anti-

colonialista no Oriente Médio, assim como no fortalecimento da campanha contra o genocídio do povo palestino.



Comissão de frente da marcha em defesa do povo Palestino realizada no dia 16 de novembro em Copacabana

PRESENTE DE GREGO

Governo Lula e Haddad anunciam pacote de ataques para garantir Arcabouço Fiscal aos banqueiros

Em pronunciamento na TV, Haddad tenta esconder ataques atrás da promessa da isenção do Imposto de Renda, enquanto a Faria Lima exige ainda mais cortes



DA REDAÇÃO

No último dia 27 de novembro, o Ministro da Fazenda Fernando Haddad foi em rede nacional de rádio e TV anunciar um pacote de cortes de gastos e ajuste fiscal. O conjunto de medidas, cobrada pelo mercado e intensamente negociada dentro do próprio governo e o Centrão, visa manter o Arcabouço Fiscal, o novo teto de gastos, que substituiu o que foi aprovado lá no governo Temer.

O Arcabouço impõe um limite de gastos ao orçamento, a fim de garantir o pagamento da dívida aos banqueiros. Na prática, é menos dinheiro para

as áreas sociais, como Saúde e Educação, para garantir o pagamento dos juros da dívida aos banqueiros e megafundos financeiros internacionais (leia mais no quadro).

Para tornar mais palatável esse pacote de ataques, porém, o governo resolveu escondê-lo dentro de um suposto “pacote de bondades”. Desta forma, a notícia que ganhou as manchetes não foi o conjunto de ataques aos trabalhadores e à população mais pobre, mas medidas como a isenção do Imposto de Renda (IR) para os salários até R\$ 5 mil.

O que ele, contudo, não disse na TV é que o tema do IR, cuja proposta já é insuficiente, só será levado à discussão para, talvez,



Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad e o ministro Alexandre Padilha

valer a partir de 2026. O famoso “na volta, a gente compra”.

O pacote anunciado pelo governo Lula, porém, além de ser “pra já”, não tem nada de pro-

gressivo. Ao contrário, trata-se de um brutal ataque à classe trabalhadora e à população mais pobre e vulnerável, enquanto não toca no andar de cima. O

governo corre para zerar o déficit fiscal (receitas menos despesas, excetuando os gastos com a dívida), por isso tenta aprovar esse pacote ainda este ano.

ENTENDA

Arcabouço Fiscal é um novo teto de gastos

O Arcabouço aprovado pelo governo Lula em 2023 estabelece um limite “móvel” de gastos públicos. O gasto só pode aumentar dentro de uma faixa de 70% do aumento da arrecadação. Nesta faixa, fica garantido o mínimo de 0,6% de aumento e o limite de 2,5%, nos gastos. Posto em prática no decorrer dos anos, vai fazer com que o país gaste menos que a média de governos da direita, como o de FHC, os três governos anteriores do PT e até mesmo o governo Bolsonaro. Ele ainda prevê o superávit primário, que é a economia para pagar os banqueiros. Para chegar a isso, faz ajuste fiscal e ataca os direitos da classe, como está fazendo agora. O Arcabouço também impõe uma série de “punições”, caso não seja atingida a meta, como cancelamentos de concursos públicos e novas contratações, ou reajustes para servidores (mesmo da inflação).

COVARDIA

Ataque ao salário mínimo faz trabalhadores, aposentados e o pobres pagarem a conta

A principal medida anunciada por Haddad é a alteração das regras de reajuste do salário mínimo. Segundo Haddad, “o salário mínimo continuará subindo acima da inflação, dentro das regras fiscais”. O que isso significa isso?

Hoje, o reajuste se dá pela antiga regra dos governos anteriores do PT: a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos anteriores, mais a correção da inflação. Colocar o salário mínimo “dentro das regras fiscais” significa que o aumento do mínimo não poderá

exceder os 2,5% estabelecidos pelo Arcabouço para os gastos do orçamento.

Após impor um teto geral sobre os gastos públicos, o governo Lula impõe um teto sobre o salário mínimo, o que vai desacelerar seu reajuste (já anêmico) nos próximos anos. Ou seja, se já era um salário mínimo de fome, com um reajuste insuficiente sequer para se atingir o estabelecido pela Constituição (calculado em R\$ 6.294,71, pelo Dieese), agora vai piorar ainda mais. Se aprovada, a medida

vai retirar R\$ 6 do salário mínimo já em 2025 (já que o PIB de 2023 cresceu 2,9%).

ATAQUE AO SALÁRIO MÍNIMO REBAIXA A RENDA EM GERAL

A alteração das regras de reajuste do salário mínimo vai atingir tudo o que é vinculado a ele. Vai prejudicar as aposentadorias, as pensões, os benefícios sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência, o seguro-desemprego etc. Segundo cálculos do Dieese, o

salário mínimo serve de referência para 59,3 milhões de pessoas no país.

Só no próximo ano, o governo espera economizar R\$ 2 bilhões com esse ataque ao salário mínimo. Só das aposentadorias, pensões, e benefícios sociais, o governo espera tirar R\$ 109 bilhões, entre 2025 e 2030. Isso é um terço dos R\$ 327,1 bilhões que o pacote pretende economizar neste período.

Além desse confisco bilionário sobre os aposentados e os mais pobres, o rebaixamento



do salário mínimo afeta toda a classe trabalhadora, até a maior parte dela que está no subemprego e na informalidade, pois rebaixa, de forma geral, o piso salarial. Ou seja, o “preço do trabalho” fica mais barato.

ENTENDA

Redução do reajuste do salário mínimo



Como é hoje:

- Reajuste se dá pelo crescimento do PIB de dois anos antes + inflação. -Exemplo: O PIB de 2023 cresceu 2,9%, então esse seria o reajuste em 2025.

Como vai ser:

Mas, a nova regra impõe um teto de 2,5%. Levando em conta a inflação registrada até agora, a perda será de, pelo menos, R\$ 6 por mês em 2025. O governo vai tirar R\$ 110 bilhões de aposentados e pensionistas até 2030.

POBRE PAGA A CONTA DO AJUSTE FISCAL



ECONOMIA TOTAL COM O PACOTE:

R\$ 327,1
BILHÕESR\$ 110
BILHÕES

ECONOMIA COM APOSENTADOS, PENSIONISTAS E BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS SOCIAIS:

*Período entre 2025 e 2030

PACOTE

Ataques a direitos e benefícios sociais

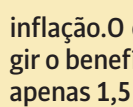
Além de rebaixar o salário mínimo no próximo período e confiscar parte da renda dos aposentados e dos mais pobres, o pacote ataca diretamente vários direitos.



Abono salarial:

Hoje, quem ganha até dois salários mínimos tem direito ao abono do PIS/PASEP, equivalente a um salário mínimo (na prática é um 14º salário).

Com as novas regras, esse valor (que hoje corresponde a R\$ 2.824) vai ser reduzido para R\$ 2.640 e, a partir disso, será corrigido só pela



inflação. O objetivo é restringir o benefício a quem ganhe apenas 1,5 salário mínimo.



BPC: O Benefício de Prestação Continuada é um direito pago a pessoas idosas carentes com mais de 65 anos ou a pessoas com deficiência. Hoje, 4,7 milhões sobrevivem com o benefício. O pacote endurece as regras para

o BPC, incluindo como critério a renda do cônjuge, mesmo que ele não more com a pessoa idosa, além da renda de familiares e enteados.

Além disso, o governo vai exigir novo cadastramento, a cada 2 anos, numa política de endurecer as regras para cortar direitos, a exemplo do que fez recentemente, tirando R\$ 6 bilhões do BPC sob a justificativa de “correção”.



Bolsa Família:

Da mesma forma que vem fazendo com o BPC, o governo vai aumentar a burocracia e as exigências para a concessão do benefício, como a biometria, atualização a cada dois anos, restrição por município e por famílias “unipessoais” (formadas por uma única pessoa), além da exigência da abertura dos dados bancários dos beneficiários.

BOMBOM ENVENENADO

Isenção do Imposto de Renda é promessa sem garantia

A promessa de isentar o Imposto de Renda os salários de até R\$ 5 mil foi utilizada pelo governo para esconder o verdadeiro conteúdo de seu pacote de maldades. Pela proposta de Haddad, a isenção seria compensada pela taxa dos salários acima de R\$ 50 mil.

A medida seria progressiva e zeraria a defa-

sagem da tabela para essa faixa salarial, não estivesse a serviço de uma política econômica cujo objetivo não é outro que não garantir o Arcabouço Fiscal. Além de ser uma promessa para 2026, não havendo nada garantido, na prática, ela tende a perder efeito com o tempo.

Primeiro, porque a isenção funciona para quem

recebe até R\$ 5 mil e, depois disso, a tabela permanece como é agora. Ou seja, com a inflação, no decorrer do tempo, os trabalhadores vão saindo desta faixa e perdendo a isenção. E quem recebe acima de R\$ 5 mil vai continuar sendo taxado.

Quem vai continuar isento, mesmo, são aqueles que compõem o real

topo da pirâmide social. E não é quem recebe R\$ 50 mil, mas os 69 bilionários. Os verdadeiros capitalistas continuarão se beneficiando dos R\$ 546 bilhões em isenções fiscais que o próprio Ministério da Fazenda divulgou recentemente.

Já os dividendos bilionários, pagos aos acionistas de empresas, como a Petrobras ou a Vale, também

continuarão isentos, indo direto para os cofres de megafundos financeiros e banqueiros internacionais.

O pacote do governo Lula, apesar do discurso, não mexe com a desigualdade social. Ao contrário, a aprofunda ainda mais, atacando os mais pobres, os direitos e os salários, enquanto o andar de cima permanece intocado.

NÃO VAI PARAR POR AÍ

É preciso botar abaixo o Arcabouço Fiscal e esse pacote de ataques

O argumento de que o Arcabouço Fiscal “protege a economia” do país é cínico. Ele serve para garantir o pagamento da dívida aos banqueiros, em detrimento dos serviços públicos, das aposentadorias e dos salários.

O governo espera economizar R\$ 327,1 bilhões até 2030, basicamente em cima dos aposentados e dos mais pobres. Só no ano passado,

o país pagou R\$ 649 bilhões em juros da dívida.

E os ataques não vão parar por aqui. Os pisos constitucionais da Saúde e da Educação, fixados, hoje, respectivamente, em 15% e 18% do orçamento, também batem de frente com o Arcabouço do governo Lula. Não entraram no pacote neste momento, mas o governo e Haddad já avisaram que

vão atacá-los, como estão fazendo, agora, com o salário mínimo.

O mercado e a ultradireita, por sua vez, querem ainda mais sangue, e, uma vez que esse pacote tramite no Congresso Nacional, vão atuar para piorá-lo ainda mais.

O ataque ao salário mínimo e a direitos sociais anunciados por Haddad, de toda forma, é mais um ajus-

te brutal jogados para as costas da classe trabalhadora e do povo pobre, em prol de uma política econômica que só beneficia os bilionários, o agronegócio, as grandes empresas, o rentismo (os que vivem de “rendas” obtidas por ações, investimentos, fundos etc.) e os banqueiros.

A ampliação da isenção do Imposto de Renda, uma luta muito importan-

te, levada a cabo durante décadas, está sendo utilizada para passar a boiada de uma política neoliberal e de austeridade.

É preciso lutar contra esse pacote, em defesa do salário mínimo, para aumentá-lo, rumo ao salário do Dieese, e não rebaixá-lo. E, também, é fundamental botar abaixo esse Arcabouço Fiscal e todas as medidas de austeridade.

20 DE NOVEMBRO

Marchas da Periferia marcam o Dia Nacional da Consciência Negra

DA REDAÇÃO

A Marcha da Periferia começou a ser realizada em 2006, na cidade de São Luís (MA), pelo movimento hip hop, que este ano realiza a marcha no próximo dia 30. O PSTU e a CSP-Conlutas, através do Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe e do Quilombo Urbano, participam ativamente da construção das marchas, que hoje ocorrem por todo o país com independência de classe.

Este ano, em memória da luta quilombola e de Zumbi e Dandara, as Marchas da Periferia tiveram como eixo a exigência ao governo Lula (PT), ao Estado brasileiro e ao Banco do Brasil (BB) a reparação pelos crimes da escravidão.

O Ministério Público Federal notificou o BB em novembro de 2022 por seu envolvimento no tráfico, comércio e escravização de africanos desde o século 19. A reparação histórica é buscada, responsabilizando o BB, o Estado e as empresas beneficiadas.

Contudo, até o momento, o BB e o governo Lula não tomaram nenhuma medida estrutural, prometendo apenas a expansão das ações afirmativas, compensatórias e de empoderamento individual. Nas ruas, ecoaram os gritos contra a enrolação e pactos espúrios, e exigência por reparação, já!

Veja as fotos da participação da militância do PSTU nas marchas do 20N em algumas cidades:



Marcha da Consciência Negra - São Paulo (SP)



Marcha Zumbi e Dandara - Salvador (BA)



Marcha da Periferia - Rio de Janeiro (RJ)



Marcha da Periferia - Belém (PA)



Marcha do Consciência Negra - Aracaju (SE)



1ª Marcha da Periferia - Zona Leste de São Paulo (SP)

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E JACAREÍ

Semana da Consciência Negra é marcada por show de Eduardo Taddeo, ex-integrante do Facção Central

ALEX GOMES, DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP)

Na última sexta-feira, 22 de novembro, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região reuniu mais de 120 pessoas, em sua maioria jovens entusiastas do rap, para o lançamento da nova edição da revista Raça & Classe. O evento contou com a presença do professor, rapper e militante do PSTU, Hertz Dias, que prendeu a atenção da plateia ao abordar o tema das reparações históricas devidas ao povo negro pelo Estado brasileiro.

Hertz conduziu um debate fundamental, destacando a dívida histórica deixada pelos séculos de escravidão e tráfico humano, ressaltando a necessidade de nos organizarmos para destruir o sistema capitalista

que utiliza o racismo para nos oprimir e explorar.

Um momento emocionante foi a apresentação poética da jovem Kitty, que trouxe versos fortes e conscientes.

Quando a noite chegou, o palco montado no estacionamento da entidade sindical foi tomado pelo rap raiz, com apresentações que levantaram o público. O grupo Realidade Urbana, da Zona Sul da cidade de São Paulo, abriu o show com um rap à moda antiga, com letras que retratam o dia a dia das periferias.

O ponto alto da noite foi a apresentação de Eduardo Taddeo, um dos maiores nomes do rap nacional e ex-integrante do icônico grupo Facção Central. Com letras cruas, agressivas, as quais denunciavam com firmeza o papel do sistema capitalista na perpetuação da pobreza e da

violência. Eduardo Taddeo fez o público vibrar e cantar junto.

“As duas atividades foram muito importantes. A reparação é uma dívida histórica do Estado brasileiro, o rap nacional original e o hip hop também são patrimônios da população negra. Resgatar a cultura da periferia é fundamental”, afirmou Célio Dias, membro da Secretaria de Negros e Negras do sindicato e militante do PSTU.

As atividades integraram o calendário da Semana da Consciência Negra na região. Entre as atividades da semana está o 1o Festival Kinkulu de Arte Urbana, que encantou a todos com apresentação de afoxé, exposições de painéis e artesanato, roda de conversa, além de uma saborosa feijoada.

“O festival foi lindo! Muita arte e boas discussões. Foi uma

importante vitória para a reorganização do movimento negro na região”, celebrou Raquel de Paula, uma das organizadoras do evento e militante do PSTU.

Outro evento de grande sucesso foi o 2o Encontro Cultural de Capoeira, realizado pelo Grupo Quilombo Raça e Classe na subsele do sindicato de Jacareí, reunindo cerca de 350

pessoas. “Foi uma atividade muito importante, em que se reuniram praticantes da capoeira do Vale do Paraíba, do Litoral Norte e do Sul de Minas Gerais, marcando a semana da Consciência Negra e contando a história do povo negro com sua musicalidade”, destacou o mestre Cleber “Guelo”, organizador e militante do PSTU.



Eduardo Taddeo recebendo a revista Raça e Classe

APOIO

Greve na PepsiCo contra a jornada 6x1 mostra o caminho

JONAS DE CAMPOS,
DE SÃO PAULO (SP)

A PepsiCo funciona em escala 6x1 e quer impor também a escala 6x2, onde o trabalhador terá a folga durante os dias de semana, e fica quase dois meses até ter um final de semana de folga. Essa proposta absurda, feita arbitrariamente, desencadeou uma revolta e levou à deflagração da greve. É primeira greve operária embaldada pelo ânimo da luta em torno à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) pelo fim da escala 6 por 1.

A empresa não quis negociar com o sindicato, o que demonstra a falência da proposta do Ministro Luís Ma-

rinho, de que a redução da jornada poderia ser negociada entre trabalhadores e patrões. A greve pressionou audiência com o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), neste dia 26, onde a empresa se manteve intransigente e propôs jornadas mais absurdas, como a que os trabalhadores trabalhassem dois dias por 12 horas para ter direito a mais um sábado de folga no mês.

Os trabalhadores continuam em greve contra as propostas absurdas da empresa e contra “acordo de paz” proposto pelo juiz do trabalho, que significaria abortar a greve. É preciso cercar de solidariedade a greve da PepsiCo e levar às



demais fábricas a luta contra as jornadas abusivas!

**AMPLIAR A LUTA E
ARRANCAR CONQUISTAS!**

A greve na PepsiCo é um grande exemplo e pode servir para que mais lutas se espalhem por todo país. Muitos trabalhadores estão an-

siosos, querendo levar a luta para o seu local de trabalho e tentando de todo jeito se organizar para acabar com essa jornada.

Só atacando o lucro dos patrões conseguiremos garantir a redução da jornada sem redução de salários e direitos! Aprovação da PEC não

virá desse Congresso cheio de políticos corruptos, que trabalham 3 por 4 e só aprovam leis a favor dos patrões, precisamos conquistar com as nossas próprias mãos.

Podem contar com o apoio do PSTU e da CSP-Conlutas na construção das manifestações e greves.

RIO DE JANEIRO

Manifestação dos educadores em greve obriga vereadores a adiar votação do PL 186

PSTU
RIO DE JANEIRO

Os trabalhadores da Educação Municipal da cidade do Rio de Janeiro estão em greve por tempo indeterminado, desde o último dia 25. A paralisação é uma resposta ao Projeto de Lei (PL) 186/2024 e à Lei 8666/2024, que atacam direitos da categoria.

No segundo dia de greve, a Câmara de Vereadores iria votar o PL 186, que reforma o Estatuto do Servidor, retira direitos do funcionalismo público municipal (como a licença especial) e viabiliza, juridicamente, o desvio de função dos profissionais.

Mas, a categoria impediu a votação, com uma mobilização que durou o dia todo. Parte dos trabalhadores entrou na Câmara e outra parte permaneceu mobilizada do lado de fora. O governo tentou cansar os manifestantes, prorrogando a sessão por duas vezes, mas a mobilização resis-

tiu. Os vereadores governistas deixaram o local, o que inclui os parlamentares do PT, e a sessão foi suspensa.

Depois de mais de 12 horas de mobilização, algumas vitórias parciais foram conquistadas: a já citada suspensão da sessão e o compromisso de não punição aos ativistas que lá estavam.

PAUTAS DA GREVE

A mobilização dos profissionais da Educação é uma resposta ao PL 186 e à Lei 8666/2024.

O PL 186, além dos ataques acima citados, possibilita a fragmentação das férias, o que, no caso dos profissionais de Educação, significará a redução delas, possibilitando que o recesso de julho seja considerado metade das férias dos trabalhadores e trabalhadoras. Permite, também, a mudança na contagem das horas de trabalho, o que resultará em um aumento de horas em sala de aula e na redução do tempo de planejamento.



A Lei 8666, já aprovada pela Câmara de Vereadores, permite que os contratos temporários do município sejam renovados por até seis anos. Medida que precariza o serviço público e abre um espaço cada vez maior para a privatização, que já vem acontecendo, principalmente Educação Municipal, através das terceirizações e das parcerias público-privadas. A aprovação da lei contou com o voto dos vereadores do PT.



JORNADA DE TRABALHO

Os rumos e os desafios do movimento pelo fim da escala 6x1

JÚLIO ANSELMO E RENATA FRANÇA, DE SÃO PAULO (SP)

No dia 15 de novembro, ocorreram importantes protestos pelo fim da escala 6x1 em mais de 30 cidades e na maioria das capitais do país, reunindo dezenas de milhares de trabalhadoras e trabalhadores em pleno feriado. Isso mostra a revolta dos de baixo, daqueles que têm sido cada vez mais explorados.

O Brasil tem dois terços da força de trabalho desempregada ou subempregada, além de uma das jornadas de trabalho mais extensivas do mundo. Mesmo com os avanços tecnológicos, a maioria dos empregos criados nos últimos anos são precarizados, com salários baixos, escalas abusivas e sem direitos.



Ato em SP pelo fim da escala 6x1

Por isso, diferente dos que dizem que essa pauta é corporativa e passageira, a massificação do debate na sociedade, a força dos atos do dia 15 e as mais de 3 milhões de assinaturas na petição virtual demonstram que a palavra de ordem “Fim da escala 6x1”

aponta para uma luta que vai muito além, pois escancara a situação da classe trabalhadora.

DESMENTIR OS MITOS CRIADOS PELA ULTRADIREITA

Nessa luta, é fundamental desconstruir os mitos



Ato em SJC pelo fim da escala 6x1

forjados pela ultradireita, que entra no debate para disputar a consciência da nossa classe com mentiras. Dizem que a economia do país quebraria, que geraria mais desemprego, inflação e falência dos pequenos negócios.

Sem dúvida, se depen-

desse desses deputados, trabalharíamos até a morte. Assim como, se dependesse dos senhores de escravos, a escravidão nunca teria sido abolida ou, se dependesse dos donos das fábricas do século 18, as crianças ainda trabalhariam doze horas diárias.

HIPOCRISIA

Nenhuma confiança na bancada da frente ampla e no governo

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse que “a escala 6x1 é cruel”. Porém, ao mesmo tempo, declarou em nota à imprensa que “aqui entra fortemente o papel da negociação, da convenção coletiva, do entendimento, por-

que fixação de horários deve ser feita em mesa de negociação”. Isto é, trabalhadores e patrões poderão livremente negociar a jornada mais favorável para ambos.

A nota soa hipócrita vinda de um ex-sindicalista

que conhece bem as condições de negociação de cada trabalhador com o seu patrão e sabe que, na história do país, cada hora reduzida na jornada de trabalho foi fruto de uma intensa luta para que a lei garan-

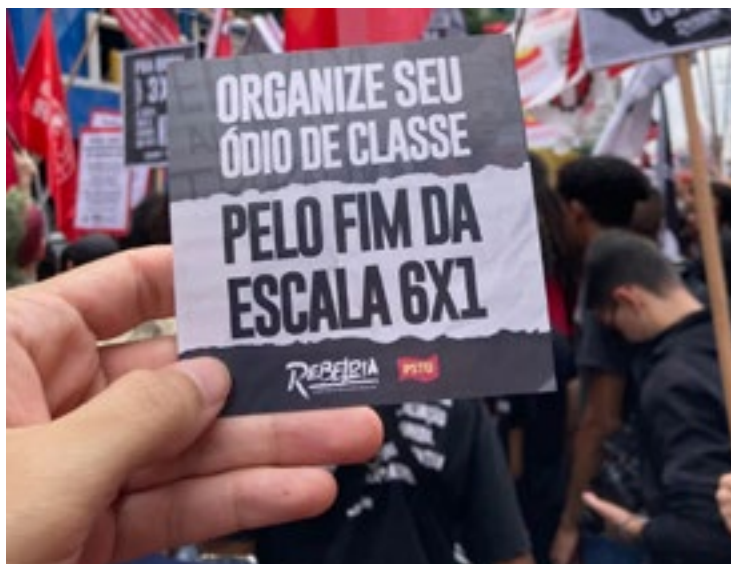
tisse condições mínimas de negociação.

Não podemos separar a reivindicação pelo fim da escala 6x1 da reivindicação pela redução da jornada de trabalho. Sabemos que mesmo as 44 horas semanais reguladas

pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não são cumpridas pelos patrões, que impõem dobras de turno e banco de horas extras, com muita pressão sobre os trabalhadores. Queremos a redução da jornada em lei!

PRESIDENTE

Afinal, o que Lula tem a ver com a PEC no Congresso Nacional?



Logo após os protestos, o PSTU ficou entre os assuntos mais comentados na rede social X, antigo Twitter, por ter exigido uma posição de Lula. O presidente é quem dá a canetada final para que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que acaba com a escala se torne lei. Ele tem o poder ainda de mover os movimentos sindical e popular e os deputados da base da frente ampla.

Muitos trabalhadores nos questionam honestamente se este não seria o momento de

travar primeiro uma luta dentro do Congresso e só depois pressionar Lula. Não temos dúvidas de que a nossa vitória se define no terreno da luta de classes. Mas, se não exigirmos que Lula se posicione a nosso favor, permitiremos que lave as mãos ou faça como o ministro do Trabalho que, por vias tortas, disse que não deveria ser lei, e sim fruto de negociação em cada empresa.

Não podemos nos omitir. Lula tem muita responsabilidade sobre o patamar degra-

dante de exploração da nossa classe. Passados dois anos do seu governo, Lula jamais reviu um ponto sequer da reforma trabalhista de Temer que, dentre outras tantas maldades, legaliza a contratação intermitente, regime cuja escala 6x1 é majoritária. A famigerada Lei das Terceirizações foi aprovada no governo Dilma (PT). Além disso, a maioria dos 3 milhões de empregos formais criados pelo governo do PT têm remuneração entre um e dois salários mínimos, em escalas abusivas.

UNIDADE DOS DE BAIXO

A vitoriosa só virá com independência de classe

A PEC foi uma iniciativa importante, mas o campo de batalha onde se travará a guerra para que a escala 6x1 seja abolida e a jornada de trabalho reduzida será o campo da mobilização unificada, da luta da classe, não no parlamento dos ricos.

É necessário seguir nas ruas sem recuar, aumentar a mobilização e unificar a luta com os movimentos sindical, popular e estudantil e a periferia. Nesse sentido, não podemos deixar de debater abertamente os rumos do movimento Vida Além do Trabalho (VAT). O PSTU sempre apoiou o VAT, respeitando a autonomia do movimento e se somando às ações convocadas.

O VAT tem total legitimidade, como impulsionador da luta, mas, isolado, o movimento ficará refém das negociações do Congresso Nacional. Precisamos, nas ruas, inverter a lógica dos bastidores do Congresso, derrotar os de cima, senão a PEC será desidratada ou se limitará a pequenas mudanças, as quais inclusive poderão retroceder a médio e longo prazo.

O movimento deve permitir a participação em igualdade de condições a todos que querem lutar pelos mesmos objetivos. O contrário disso estreita o movimento, limita a democracia nas decisões e a construção da unidade necessária. Os trabalhadores em

escala 6x1 que mais se revoltam e querem lutar contra a exploração também têm vários partidos e posições políticas, e não apenas um ou dois líderes. O próprio líder do movimento é filiado ao PSOL, e tem todo direito de ser.

O PSTU, que desde o início desse movimento tem se somado às ações em unidade, buscará construir pontes para unificar o movimento sindical e popular em torno dessa luta, fortalecer a democracia no movimento, forjar um programa que mobilize de forma permanente a classe trabalhadora e faça avançar uma série de medidas que obriguem os capitalistas a pagarem pela redução da jornada.



Ato em BH pelo fim da escala 6x1



Ato no RJ pelo fim da escala 6x1

EXPLORAÇÃO

Quem deve pagar pelo fim da escala 6x1?

Os defensores do capitalismo argumentam que o fim da escala 6x1 e a redução da jornada prejudicariam a economia. Os custos seriam repassados aos produtos e serviços, provocando inflação. Os salários teriam de ser reduzidos, e a produção diminuiria. Por isso, os liberais de plantão vivem perguntando quem pagará a conta disso.

O que não dizem é que não precisa ser desse jeito que pintam. Basta nos lembrarmos de uma coisa que não apresentam nesta conta: o lucro. Argumentam que haveria todos esses efeitos negativos porque se recusam a reduzir sua taxa de lucro.

Estamos falando aqui das grandes e maiores empresas no país, as quais dominam a economia nacional. Por exemplo, dizem que a medida custaria



Ato em Fortaleza pelo fim da escala 6x1

R\$ 119 bilhões para a indústria. Mas isso é mais ou menos o que a Petrobras sozinha distribui em dividendos todos os anos aos seus acionistas.

E O PEQUENO NEGÓCIO?

Enquanto os bilionários que realmente dominam a economia lucram com as jornadas

extenuantes, os pequenos empresários e pequenos negócios são também sufocados. Primeiro, pelo sistema financeiro, que depena esses setores com juros e taxas abusivas. Mas são também massacrados pelos grandes monopólios, que usam seu peso para destruir os pequenos. Impõem uma

competição desleal e medidas que impulsionam seu lucro em cima do pequeno negócio.

As pequenas empresas, de fato, necessitam de incentivo, benefícios e apoio para manter seus negócios com a redução da jornada. Seria preciso combinar a luta pelo fim da escala 6x1 com o fim dos benefícios bilionários às grandes empresas, a taxação dos grandes capitalistas, para ter redução de impostos, isenção e subsídios aos pequenos empresários.

E A ECONOMIA?

Arrancar parte dos lucros dos capitalistas não prejudicaria a economia, reduzindo os investimentos, afetando a produção e a geração de empregos? Primeiro que a burguesia brasileira não está interessada em investir em nada. Ela bota seus bilhões onde rende mais

em menos tempo. Por isso, investe no mercado financeiro lá fora e se ancora nos títulos da dívida pública para seguir valorizando seu capital, mesmo quando não é possível investir mais em nenhuma empresa ou setor. Então, reduzir lucro não diminui investimento. Ao contrário, abre espaço para investir em empregos.

O fim da escala 6x1, além de garantir um mínimo de dignidade, também gera mais empregos. Para manter a produção com a redução da jornada, será preciso contratar mais. Se num primeiro momento há um impacto no lucro do capitalista, no longo prazo pode até haver um crescimento do poder de compra dos trabalhadores com novos empregos, o que geraria mais demanda e a ampliação da produção e do consumo.

CAPITALISMO

Um sistema irracional e incontrollável

Veja a irracionalidade do sistema capitalista. Mesmo diminuindo a taxa de lucro imediato, com o crescimento econômico o próprio capitalista poderia ganhar mais em termos absolutos. Porque, no capitalismo, o capitalista vai sempre ganhar. Mes-

mo com a implementação de uma medida favorável aos trabalhadores como a redução da jornada.

Que sistema é esse que mantém a mesma jornada de trabalho desde 1988, mesmo com todas as mudanças que ocorreram na economia? A

produtividade no Brasil cresceu nas últimas décadas. Mas isso nunca foi repassado aos trabalhadores, só serviu para que as grandes empresas acumulem superlucros.

Por trás do que consideram “efeito maléfico da redução da jornada”, está o

próprio modo de funcionamento do capitalismo, que é um sistema que precisa ser destruído para que os trabalhadores tenham direito a trabalhar menos, receber mais e viver com dignidade. Ao contrário do que dizem os liberais, não são os

empresários que geram empregos, mas sim os trabalhadores que produzem o lucro do empresário. Se os trabalhadores produzem tudo na sociedade, eles podem abrir mão dos bilionários capitalistas que apenas parasitam o conjunto desta sociedade.

PALESTINA/ LÍBANO

Israel recua e acata cessar-fogo no Líbano

FABIO BOSCO,
DE SÃO PAULO (SP)

No dia 26 de novembro, o Estado de Israel aceitou o cessar-fogo de 60 dias com o Líbano, negociado pelos representantes do imperialismo estadunidense e francês. Nesse período, as tropas israelenses se retirarão do sul do Líbano. O Hezbollah se comprometeu com o cessar-fogo e com a retirada de suas bases militares do sul do Líbano, tendo o rio Litani como fronteira. Tropas francesas vão reforçar a Unifil (força militar da ONU localizada no sul do Líbano encarregada de impedir quaisquer ações contra Israel, seja do Hezbollah, seja de qualquer outra força política ou militar). Além disso, os Estados Unidos ampliarão o financiamento ao exército nacional libanês e negociarão com a Arábia Saudita e com o Qatar para que façam o mesmo. Desde a retirada das tropas sírias do Líbano em 2005,

os Estados Unidos se tornaram o principal patrocinador do exército libanês, investindo cerca de US\$ 2,5 bilhões desde então. O acordo de cessar-fogo segue as bases da resolução 1.701 do Conselho de Segurança da ONU de 2006.

EXIGÊNCIA ABSURDA

A principal exigência israelense não foi atendida. Israel queria o direito irrestrito de atacar território libanês. Essa exigência absurda foi substituída por um comitê internacional liderado pelos Estados Unidos que receberá denúncias de ruptura do acordo, seja por lançamento de qualquer artefato para além da fronteira, seja pela presença de tropas israelenses ou milícias libanesas no sul do Líbano. As denúncias serão encaminhadas ao exército libanês que deverá garantir o acordo firmado. Outras exigências israelenses – o desarmamento do Hezbollah e a transformação do sul do Líbano em uma zona tampão – também

não estão garantidas, apesar do compromisso estadunidense em buscar sua implementação.

AS BAIXAS SIONISTAS

A agressão israelense no Líbano estava num impasse. Havia duas alternativas: ampliar o efetivo militar qualitativamente e ocupar o sul do Líbano ou firmar o acordo de cessar-fogo tendo como garantidores seus principais aliados: o imperialismo estadunidense e o francês.

Pesou na decisão israelense vários fatores: o temor de um número crescente de baixas diárias de soldados em um exército preparado para efetuar genocídios covardes, mas não para combate terrestre (mais de 50 soldados foram mortos pela resistência libanesa, além de um conhecido arqueólogo sionista que queria provar que o sul do Líbano era parte da grande Israel); a vergonhosa situação de mais de 60 mil israelenses evacuados há 400 dias que não podem retornar



Capa do The New York Times, 25 de novembro de 2024. Dia 415 do Holocausto Palestino

ao norte da Palestina ocupada; a possibilidade de ampliação dos ataques de drones, foguetes e mísseis pelo Hezbollah que poderiam facilmente atingir Tel Aviv acelerando o êxodo de israelenses ao exterior; o provável fortalecimento dos protestos da oposição liberal sionista; a necessidade de recompor forças militares no aguardo de um sinal verde de Trump para um ataque contra o Irã; e a chantagem de Joe Biden de entregar

US\$ 680 milhões em armas em troca do acordo de cessar-fogo (segundo o Financial Times).

O Hezbollah aceitou o acordo, decisão que é coerente com seu posicionamento desde antes da ofensiva palestina em 7 de outubro de 2023. O Hezbollah, assim como o Irã, sempre evitou um conflito militar em larga escala contra Israel. Sua atitude sempre foi reagir em escala menor às agressões militares sionistas.

LIMITAÇÕES

Ação coordenada com a resistência palestina?

A preparação palestina para a ofensiva de 7 de outubro incluiu várias tentativas de fazer uma ação militar coordenada com o Hezbollah e o regime iraniano desde o primeiro semestre de 2021. No entanto, esses esforços fracassaram devido à política iraniana e do Hezbollah de evitar conflitos em larga escala contra Israel. Por isso, a resistência palestina teve que lançar o ataque de modo isolado, o que facilitou a agressão genocida sionista na Palestina.

Após a ofensiva palestina de 7 de outubro, o Hezbollah decidiu fazer uma ação simbólica, um ataque de baixa intensidade, às fazendas de Shebaa, território libanês ocupado pelo Estado de Israel.



Desde então os sionistas realizaram agressões cada vez mais intensas em vários pontos do território libanês, enquanto o Hezbollah se limitou a ataques de baixa intensidade na faixa fronteiriça no norte da Palestina ocupada.

CRIMES DO SIONISMO

Dois momentos da agressão israelense

Frente ao lançamento de foguetes pelo Hezbollah tendo Shebaa como alvo, o Estado de Israel decidiu priorizar o genocídio em Gaza e bombardear o sul do Líbano, como ataques pontuais em Beirute, Sour, Nabatieh e Baalbek. Além disso, lançou fósforo branco em toda a faixa fronteiriça no sul do Líbano. O fósforo branco é uma substância incendiária cujo uso é vetado em áreas povoadas, o qual Israel se comprometeu a banir em 2013.

A partir de setembro de 2024, os sionistas mudaram de forma qualitativa sua ofensiva militar no Líbano. Explosões de dispositivos de comunicação, assassinato de Hassan Nasrallah e do primeiro escalão do Hezbollah, bombardeios pesados sobre várias



Bombas de Israel contra o Líbano

cidades libanesas que arrasaram Dahiyeh, no sul da capital, e destruíram mais de cem mil residências.

3.800 LIBANESES ASSASSINADOS

Em primeiro de outubro, iniciaram uma ofensiva terres-

tre acompanhada de exigência de rendição do Estado Libanês, o qual teria de abrir mão de sua soberania para permitir a livre incursão de tropas e bombardeios israelenses. Essa ofensiva foi abertamente apoiada pelo imperialismo estadunidense, por meios políticos, diplomá-



ticos, financeiros e militares. Mais de um milhão de libaneses tiveram que abandonar suas casas rumo à capital e ao norte do país. Mais de 3.800 libaneses foram assassinados e mais de 15 mil ficaram feridos pelos ataques israelenses.

CRISE INTERNA

A decisão de lançar esta agressão genocida contra o Líbano esteve calcada prioritariamente na necessidade de esvaziar os crescentes protestos de sionistas liberais que ameaçavam derrubar o governo de Netanyahu, cuja maioria artificial de apenas

quatro cadeiras apresentava crescentes fricções internas. Uma ofensiva genocida sobre o Líbano contava com amplo apoio na opinião pública judia israelense. De maneira secundária, havia uma questão imediata – o retorno de cerca de 60 mil israelenses evacuados mantidos em hotéis vazios devido à paralisação da poderosa indústria de turismo israelense – e uma questão estratégica: reduzir o poderio bélico do Hezbollah que se multiplicou e se tornou mais sofisticado desde a última agressão militar israelense em 2006.

IMPASSE

No entanto, a ofensiva chegou a um impasse: escalar ou cessar-fogo. Na prática, os sionistas reconheceram as dificuldades para obter uma vitória militar decisiva e optaram pela segunda alternativa.

Nas palavras do analista político israelense Ameeet Makhoul: “Esta poderia ser a primeira decisão racional reconhecendo os limites de seu poder, que o exército está exausto e sobrecarregado, e os soldados muito estressados, particularmente os reservistas”.

IMPERIALISMO

O que esperar da Pax Americana?

O acordo de cessar-fogo foi negociado pelo representante estadunidense Amos Hochstein. Seu objetivo é o mesmo que o de Israel – impor uma mudança de poder qualitativa no Líbano, marginalizando o Hezbollah –, mas os meios são diferentes. Hochstein trabalha pela eleição de um novo presidente e a indicação de um novo primeiro-ministro sintonizados com os interesses estadunidenses e sionistas. Seu candidato à presidência é o general Joseph Aoun, e o parlamento libanês poderá tomar uma decisão ainda esta semana. Outro objetivo de Hochstein é um fortalecimento qualitativo do exército libanês para viabilizar a transformação do sul do Líbano em uma área tampão e preparar as condições para o desarmamento do Hezbollah.

Hochstein conta a seu favor com a força do imperialismo ocidental (mesmo que decadente), com as divisões confessionais impostas pelo regime libanês e com a impopularidade do Hezbollah entre as comunidades não xiitas. Contra seus planos estão a imensa dificuldade em formar um exército libanês com força e disposição para enfrentar o Hezbollah; a impopularidade da agressão israelense entre a imensa maioria dos libaneses; a numerosa comunidade xiita (que representa algo entre 31% e 39% da população residente), onde o Hezbollah mantém sua base social; a maioria da in-

fluente burguesia xiita libanesa; e a capacidade de reconstrução do Hezbollah, tanto de seus serviços sociais como de sua capacidade bélica. A experiência histórica demonstrou que a agressão israelense em 1982 e em 2006 não conseguiu superar esses obstáculos. De lá para cá, o Hezbollah perdeu força ao integrar as forças que afogaram em sangue a revolução síria e ao se tornar o principal oponente do levante de 2019 contra o regime confessional chamado pelos libaneses de “Revolução de Outubro”.

FRAGILIDADE IMPERIALISTA

Além desses fatores internos ao Líbano, há fatores na arena mundial como a economia, a disputa interimperialista entre Estados Unidos e China, o enfraquecimento do imperialismo europeu, a impopularidade do genocídio em Gaza entre as massas em todo o mundo que tornam qualquer plano de estabilização no Líbano e de reconfiguração do Oriente Médio em tarefas extremamente desafiadoras, para dizer o mínimo.

De qualquer forma, o recuo sionista foi comemorado nas ruas de Beirute e outras cidades libanesas, apesar da perda de mais de 3.800 vidas, 15 mil feridos, e ampla destruição cuja reconstrução custará bilhões de dólares e tomará alguns anos, em um país que já estava em depressão econômica há cinco anos. Mas a manu-



Bombas de Israel contra residências em Beirute

tenção do cessar-fogo dependerá do nível de insatisfação entre os colonos sionistas (55% dos israelenses se opunham ao cessar-fogo) e da política do futuro governo Trump nos EUA.

IRÃ E AS RELAÇÕES COM IMPERIALISMO

Do lado iraniano, ampliam-se os esforços do regime iraniano em normalizar as relações com o imperialismo ocidental por meio da retomada do acordo nuclear e a redução das pesadas sanções impostas contra o país. De forma preventiva, o regime iraniano estabeleceu relações militares com a Rússia. Hoje a maior parte da produção iraniana de drones Shaheed e mísseis Fathi são entregues à Rússia para promover um genocídio na Ucrânia. Em troca, o regime iraniano espera que a Rússia forneça sistemas

de defesa aérea S-400 e aviões Sukhoi Su-35, fortalecendo a defesa iraniana frente a possíveis ataques israelenses com apoio estadunidense.

GENOCÍDIO PALESTINO

Do lado palestino, não há nada a comemorar. O cessar-fogo no Líbano significa que os genocidas sionistas poderão concentrar esforços na operação de limpeza étnica no norte de Gaza, que segue a todo o vapor, bem como nos preparativos para a anexação da Cisjordânia. Dessa forma Netanyahu desvia a insatisfação entre os colonos sionistas com o cessar-fogo no Líbano, em direção à ampliação do genocídio e da colonização das terras palestinas.

Hoje o povo palestino conta apenas com a classe trabalhadora e a juventude árabe,

que não aceitam o genocídio imposto pelos sionistas e precisam derrubar os regimes árabes em processo de normalização com Israel, incluindo o regime libanês. O povo palestino conta também com a classe trabalhadora e a juventude em todo o mundo para manter e aprofundar a solidariedade internacional de forma a paralisar a máquina de guerra imperialista, isolar a entidade sionista e abrir o caminho para seu desmantelamento.

Essa combinação de forças palestinas, árabes e de todo o mundo é o que pode conquistar uma Palestina laica, democrática, não racista, do rio ao mar, onde a classe trabalhadora palestina e árabe substitua as corruptas elites palestinas e árabes no poder e possa construir uma federação socialista de países árabes.

PEC DO ESTUPRADOR

PEC 164/2012: um ataque aos direitos reprodutivos, ao avanço científico e à classe trabalhadora

SECRETARIA DE MULHERES DO PSTU

A aprovação da PEC 164/2012 pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, nessa quarta-feira (27), representa um enorme retrocesso para os direitos reprodutivos das mulheres brasileiras, em especial das trabalhadoras, negras, pobres e periféricas. Trata-se de um ataque que, sob o manto da proteção da “vida desde a concepção”, ameaça inviabilizar não apenas o direito ao aborto legal em situações já previstas na legislação, mas também a reprodução assistida para as que necessitam recorrer a métodos para exercerem a maternidade e as pesquisas científicas com células-tronco, questões fundamentais para a saúde pública e o avanço científico.

A PEC 164/2012 E O FIM DO DIREITO AO ABORTO LEGAL

Na prática, a PEC significa a anulação do direito ao aborto em casos de estupro, risco de morte para a pessoa gestante ou anencefalia fetal, situações hoje garantidas pela legislação. Ao determinar que a vida deve ser protegida desde a concepção, a proposta coloca em xeque decisões legais e humanitárias, colocando o Brasil no caminho de retrocesso semelhante ao observado em países ultraconservadores.

Para as mulheres trabalhadoras e periféricas, a mudança terá um impacto devastador. São elas que, em sua maioria, já enfrentam barreiras econômicas e sociais para acessar os serviços de aborto legal e sofrem de forma desproporcional com a criminalização do aborto. A PEC 164/2012 aprofundará desigualdades e condenará muitas mulheres a recorrer a procedimentos inseguros, arriscando suas vidas, sua saúde e sua liberdade.



Ato no MASP em São Paulo (SP)

IMPACTO NO AVANÇO CIENTÍFICO E NA REPRODUÇÃO ASSISTIDA

O texto da PEC também ameaça inviabilizar a reprodução assistida, um método essencial para famílias que enfrentam dificuldades para ter filhos de forma natural. Ao priorizar a “vida desde a concepção”, os embriões congelados em processos de fertilização in vitro podem ser considerados invioláveis, dificultando o descarte ou uso desses embriões, mesmo quando inviáveis para a gestação.

Além disso, as pesquisas com células-tronco, que têm o potencial de revolucionar

tratamentos médicos para doenças como Parkinson, diabetes e lesões na medula espinhal, seriam comprometidas. O Brasil, que hoje é referência em diversos estudos na área, perderia sua posição no cenário global e limitaria as oportunidades de desenvolvimento científico e de saúde.

O AVANÇO CONSERVADOR NO CONGRESSO E A OMISSÃO DO GOVERNO

O avanço da PEC é uma resposta dos setores conservadores no Congresso contra as lutas da classe trabalhadora. Em muitos casos, elas têm as mulheres e os oprimidos como setor de vanguarda, como na

luta pelo fim da escala 6x1 que tem mobilizado a sociedade. É uma forma de dividir a classe trabalhadora a partir de uma proposta altamente reacionária, amparada por um discurso de pseudodefesa da vida.

O Governo Federal tem se omitido de forma vergonhosa neste debate. Evita promover um amplo diálogo sobre o tema do aborto, seja por medo de enfrentar o conservadorismo arraigado no Congresso e na sociedade, seja por cálculo político. Essa postura abre espaço para que setores ultrareacionários da direita imponham sua agenda retrógrada. Ao não mobilizar a sociedade para um debate público e

informado, o governo facilita o avanço desses setores que buscam impor uma pauta que contraria princípios de direitos humanos e saúde pública.

Setores da base governista que têm ampla acedência sobre os movimentos sociais e de mulheres também são responsáveis por essa situação. Optam pela luta institucional, negligenciando a mobilização popular, como vimos na ampla cooptação das lideranças para o G20 Social, com a institucionalização do movimento Vida Além do Trabalho (VAT) e com a falta de mobilização para o 25N. Da mesma forma, o setor majoritário do movimento sindical, que deveria entender os direitos reprodutivos como uma questão de classe, tem se mantido em silêncio, ignorando o impacto direto que a PEC terá sobre as trabalhadoras.

UM CHAMADO À AÇÃO

Diante desse cenário, é urgente que os movimentos sociais, feministas, sindicais e populares assumam a luta contra a PEC 164/2012 como uma prioridade. É necessário construir uma ampla campanha de conscientização e mobilização, indo às ruas, às escolas, aos locais de trabalho e às comunidades. Não podemos permitir que retrocessos dessa magnitude sejam aprovados sem resistência.

A luta pelo direito ao aborto legal, seguro e sem restrições não é apenas uma questão de gênero; é uma questão de classe, raça e saúde pública. Também é uma defesa do progresso científico e da autonomia individual frente às forças que buscam impor um modelo de sociedade autoritário e excludente.

Só com uma luta unificada e massiva será possível barrar a PEC 164/2012 e avançar em direção a uma sociedade que respeite a vida e a liberdade das mulheres e promova o desenvolvimento humano e científico. A hora de agir é agora!



Protesto contra a decisão da CCJ